



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Controle social e Sujeitos Políticos

AS DIVERSAS FACES DA RESISTÊNCIA E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL THE VARIOUS FACES OF THE RESISTANCE AND SOCIAL SERVICE IN BRAZIL

Sindely Chahim de Avellar Alchorne¹
Heloisa Helena Mesquita Maciel²

Resumo: Trata-se de um resgate dos momentos de resistência do povo brasileiro, desmistificando o cordial e passivo e evidenciando os diferentes momentos em que se faz presente na luta por direitos. Faz o diálogo desse processo com o Serviço Social que, embora tenha sua origem num papel de conformação, consegue ultrapassar o tradicional e contribuir com o pensamento crítico.

Palavras-chave: resistência, história, direitos e serviço social.

Abstract: It is a rescue of the moments of resistance of the Brazilian people, demystifying the cordial and passive and evidencing the different moments in which it is present in the struggle for rights. It makes the dialogue of this process with the Social Service which, although its origin in a role of conformation, can overcome the traditional and contribute with critical thinking.

Keywords: resistance, history, rights and social service.

Introdução

“Pai, afasta de mim esse cálice, De vinho tinto de sangue, Como beber dessa bebida amarga/ Tragar a dor, engolir a labuta/ Mesmo calada a boca/ resta o peito/ Silêncio na cidade não se escuta/ De que me vale ser filho da santa/ Melhor seria ser filho da outra/ Outra realidade menos morta/ Tanta mentira/tanta força bruta...”(Chico Buarque de Holanda)

No momento em que não se escuta o silêncio nas cidades e histórias e conquistas tentam ser silenciadas, torna-se oportuno lembrar. Lembrar que o povo brasileiro tem como marca em seu “currículo” a resistência, que nem sempre foi contada mas certamente foi vivida. Batista (2017) destaca em “A história do povo brasileiro, um povo combativo” uma história para nos orgulhar e nos animar:

Fala-se do povo brasileiro como se ao longo dos séculos fosse um povo covarde, acomodado e que passivamente aceitasse a opressão e a exploração das classes dominantes, fossem estas os colonizadores portugueses ou as oligarquias nacionais. Os fatos mostram o contrário, pois os índios, os camponeses, os operários, os estudantes e a população mais pobre do Brasil têm sido corajosos e combativos, enfrentando a violência, a tortura, a perda-morte e o exílio, impostos pelos governos e os mais ricos para que desistam de defender os seus direitos...A história nacional é repleta de lutas, movimentos e conquistas dos setores populares e proletários, muito diferente do que as classes dominantes propagam e tudo fazem para apagar

¹ Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, E-mail: sindely@ig.com.br.

² Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, E-mail: sindely@ig.com.br.

da memória coletiva popular os momentos heroicos, combativos e ousados, demonstrados pelo povo brasileiro. (BATISTA, 2017 p. 01)

Portanto, iniciar nossas reflexões sobre a seguridade social resgatando momentos da história nacional, também é uma ato de resistência e uma forma de enfrentamento na defesa dos direitos, concordando com Batista (2017), ao reconhecer ser “cada vez mais uma necessidade formular um novo tempo, em que não haja mais conciliação, nem traição aos maiores interesses das classes trabalhadoras e do povo brasileiro na caminhada pela construção de uma sociedade livre, solidária, justa e igualitária.”

Assim, num primeiro momento, a proposta é realizar um resgate histórico de lutas em que expressões da questão social estavam presentes contando com atores dos mais diversos por origem, etnia, etc., mas que tinham em comum o “sonho de se libertar e libertar o Brasil”, seguido de um enfoque específico da história da seguridade social, chegando ao cenário atual e aos possíveis enfrentamentos identificando o Serviço Social nesses contextos.

De acordo com Carvalho-1996 (apud ROCHA, 2008, p. 132), a atitude apática e “bestializada” do povo brasileiro frente às arbitrariedades do Estado não corresponde à realidade. Com efeito, a história política do país é repleta de exemplos de manifestações populares que demonstram a capacidade do povo brasileiro se organizar e lutar por seus direitos. José Murilo de Carvalho (1996) compartilha reflexões a respeito, destacando que o pouco ou nenhum envolvimento das classes menos favorecidas com a política não deve ser visto como um alheamento. Trata-se, na verdade, de uma real demonstração de desprezo à elite governante por parte daqueles que foram obrigados a se adaptar a uma forma de governo, a um projeto político sobre o qual sequer foram consultados.

O que se depreende da história brasileira, conforme afirma Rocha (2008), é que os repertórios de ação dos movimentos populares são construídos historicamente e os movimentos sociais desenvolvem, ao longo do tempo, uma diversidade de formas de protestos que se expressam nas greves que os trabalhadores aprenderam a fazer, nas invasões camponesas às terras, as passeatas dos estudantes, entre outras. Gohn (2013) exemplifica tal questão com fatos mais recentes. Mostra o associativismo predominante nos anos 1990 que não deriva de processos de mobilização de massa, isto é, o que se faz se faz a partir de núcleos de militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização, mas de processos de mobilizações pontuais que se faz a partir do atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários. É preciso entender o processo vivido em diferentes momentos do país e perceber o lugar da resistência de suas diferentes expressões, no que, certamente, o Serviço Social tem muito a contribuir.

Uma história nem sempre contada

Dos 519 anos do Brasil³, por cerca de trezentos anos as terras brasileiras foram colônia de Portugal, o que significa não ter autonomia política nem econômica, significa ser um território de onde se usufrui, mas não se investe. E quando se investe é para o benefício de poucos, da chamada elite. Mesmo depois da chamada “independência” a história predominantemente presente era, e é, de exploração, de concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos.

Como são contados para nós fatos como a resistência indígena contra sua escravidão pelos portugueses (Confederação dos Tamoios- 1556)? Não foi de forma pacífica que eles receberam os colonizadores e sua exploração. Resistiram com fugas, com a preservação de suas crenças e cultura e até tirando suas próprias vidas ou lutando até morrer.

Talvez muito de nós sequer imaginasse que índios foram escravizados no Brasil. Como os indígenas, também se tratavam de homens e mulheres que amavam ser livres e buscavam formas de resistir. Marco conhecido envolve o Quilombo dos Palmares (1585) onde um grupo de escravos fugitivos organizou-se, estabeleceu relações e desenvolveu o resgate da cultura africana, o que também fazia parte da estratégia de resistência.

As histórias que nos honram e seus legados não param por aí. No século XVIII, a Guerra de Manaus (1723), a Guerra Guaranítica (1750), a nossa conhecida Inconfidência Mineira (1789) que representaram a luta pela liberdade e contra a opressão do governo português, tendo por propósito conquistar a liberdade definitiva e implantar o sistema de governo republicano em nosso país. História que como as demais também saboreou o gosto amargo do sangue, a dor da traição e a morte. As terras baianas também tinham homens com sonho de liberdade (Revolta dos Alfaiates-1796).

Se o século XVIII foi marcado por tantas lutas em nome da liberdade, o Século XIX não foi diferente. Foi palco de movimento separatista e republicano, que agregou setores sociais diversos (Confederação do Equador -1824, Revolta da Cabanagem, considerada como o maior e único movimento na história do Brasil em que as camadas populares e empobrecidas ocuparam o poder por dez meses). O nordeste voltou a gritar por liberdade, com a Revolução popular da Balaiada (1838), a Revolução Praieira (1845), cujo sonho de liberdade foi expresso no Manifesto ao Mundo, com reivindicações como: voto livre, liberdade total de imprensa, direito ao trabalho, nacionalização do comércio varejista, adoção do federalismo, reforma do poder judiciário, extinção dos juros, abolição do sistema de recrutamento, expulsão dos portugueses. Das histórias de luta do povo brasileiro, Canudos (1896) foi imortalizada por Euclides da Cunha, em Os Sertões. Esta é uma história que reuniu sertanejos, homens e mulheres que começaram a organização de um povoado

³ Sem entrar no debate da “descoberta” do Brasil, consideramos o ano de 1.500 como o ano de sua descoberta.

de forma comunitária, acolhendo os que compartilhavam a crença de que poderiam viver de forma igualitária e justa. Sonho dizimado pelo exército do Império com a cumplicidade da igreja e dos proprietários de terra da região.

Mais um século se encerra mas não os sonhos de liberdade, nem os atos de violência por parte do poder, agora republicano⁴. Assim, o Século XX chega e com ele novas/ velhas mobilizações se fazem presente no cenário brasileiro. Em pleno século XX o cenário mundial era marcado por uma guerra⁵, vivia o Brasil um cenário de transição de país monocultor, agroexportador (latifundiário) e escravista para um país com modernidades como a mão de obra imigrante (europeus) e a industrialização, marcadamente em São Paulo. Configura-se, assim, uma nova burguesia, adensada pela aristocracia rural cafeeira e também parte de imigrantes que enriqueceram com o comércio e a indústria, fortalecidos pelas alianças que eram formadas gerando a fusão de elites dominantes. Esta não é uma realidade do Brasil; está circunscrita a uma região onde São Paulo se destaca e o descontentamento se faz presente entre as camadas sociais marginalizadas do poder - operários, burocratas, comerciantes, pequenos proprietários, a burguesia industrial incipiente, profissionais liberais, o Exército etc. Este é o cenário propício a novas manifestações.

Assim, o país presencia greves como a Greve Geral (1917)⁶, com a paralisação da indústria e do comércio do Brasil, fruto de mobilização operária, considerada uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil e que provocou um impacto grande junto aos proprietários e capitalistas que se viram obrigados a acolher os pleitos dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e aumento de salário. Esse momento brasileiro mostra a garra do povo brasileiro que mais uma vez soube se unir para lutar por direitos e foi

⁴ Em 1989 a República Federativa se instala no Brasil encerrando com o período Imperial e com os 67 anos de monarquia, mas não com as expressões da questão social historicamente presentes e com a forma de enfrentá-las.

⁵ A primeira Guerra Mundial ocorreu entre 1914 e 1918. Trata-se de processo que tem sua origem na segunda metade do século XIX, quando, no cenário econômico presencia-se a junção entre **capitalismo financeiro e capitalismo industrial** que favorece, principalmente, as nações que haviam começado seu processo de industrialização e realizaram a expansão de seus territórios em direção a outros continentes, agora não mais as Américas, mas sobretudo ao Asiático, ao Africano e à Oceania, o que ficou conhecido como imperialismo ou neocolonialismo. Tais expansões levaram a formação de alianças e de blocos de poder. Em 1917, os Estados Unidos entram na guerra e, na mesma ocasião a Rússia, aliada do outro bloco, estava vivenciando sua revolução comunista, fato crucial para a efervescência política europeia das décadas seguintes, como também foi crucial a vitória do bloco apoiado pelos EUA que num cenário de terras europeias arrasadas pela Grande Guerra, tornaram-se a grande potência fora do continente europeu.

⁶ Trata-se de movimento que revela a tensão presente com o modelo concentrador de renda expresso por atores oriundos do crescimento de organizações sindicalistas e de tensões que viriam a se expressar em movimentos revolucionários, como o Tenentismo (1922-1924) e a Coluna Prestes (1925), como resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarco-sindicalista aliada à imprensa libertária.

facilitador para a formação de novas forças de resistência, como a Fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922⁷, durante o Congresso realizado na cidade de Niterói (RJ). Organizações de base popular e com caráter de resistência a um modelo concentrador de renda e de poder, historicamente, nunca foram bem aceitos no país. Assim, diante de um Movimento político plural, que tinha objetivos nacionais e democráticos⁸, a reação do poderio econômico se fez presente, mas apesar de sua derrota e de seus erros, a Aliança Nacional Libertadora -ANL deixou claro que o caminho para a derrota das forças da reação e do imperialismo passa pela organização, mobilização e unificação da classe trabalhadora e dos setores populares. E, certamente, serviu de inspiração para outras revoltas presentes na história brasileira. Dentre os fatos históricos a merecer destaque diante da tensa relação e de conflitivos interesses no processo de conquistas de direito temos o Golpe Militar em 1964, sobre o qual Rocha (2008) assim comenta:

O certo é que a herança histórica exerce um papel preponderante nos repertórios de ação utilizados pelos movimentos populares. Por esse motivo é temerário desqualificar as diferentes estratégias de protestos utilizadas ao longo da história política brasileira e, com isso, afirmar que o povo brasileiro não tem uma cultura participativa. Se a história política brasileira é entremeada de manifestações populares singulares, com o golpe militar, a conjuntura política e social do país foi radicalmente transformada. Até o início da década de 60, pode-se dizer que se vivia um Brasil onde se multiplicavam as lutas populares, destacavam-se os movimentos pela Reforma Agrária, pela casa própria, pela redução da tarifa dos transportes públicos, dentre outros. Com o advento da ditadura militar passa-se a viver um Brasil onde predomina um cotidiano de violência que impede todo e qualquer tipo de mobilização política da sociedade. Os canais formais de manifestação e diálogo foram fechados, ficando os movimentos populares e organizados da sociedade à deriva, isto é, sem alternativas consideradas lícitas para a canalização de suas insatisfações e demandas ao Estado. (ROCHA, 2008 p.132,133)

Mas a tentativa de calar o sonho e a ação por um mundo melhor não acabou com os sonhos, apenas adiou alguns.

Seguridade Social: o sonho e a luta para garantir um padrão civilizatório.

A história da Seguridade Social revela a permanente busca do homem por mecanismos de proteção social. Historicamente, podemos encontrar tenras manifestações.

A Lei dos Pobres (*PoorReliefAct*), Inglaterra (1601), tornou-se marco da criação da assistência social, regulamentador da instituição de socorro público aos que deles necessitavam, o que era organizado por paróquia.

⁷ É importante dialogar com o cenário internacional da época, marcado pela vitória da Revolução Soviética de 1917, e da criação da Internacional Comunista em 1919.

⁸ Dentre os objetivos destacam-se o anti-imperialismo, o não reconhecimento e o não pagamento da dívida externa; jornada máxima de oito horas; seguro social; aposentadorias; aumento de salários; isonomia salarial e garantia de salário mínimo; fim do trabalho escravo; eliminação dos latifúndios; amplas liberdades democráticas; supressão dos privilégios de cor e raça; total liberdade religiosa com a separação entre Igreja e Estado; oposição às guerras imperialistas; estreitamento de relações com as demais nações latino-americanas; solidariedade com todas as classes e povos oprimidos do mundo. Apesar de sua derrota e de seus erros, a ANL deixou o exemplo de dedicação às causas dos trabalhadores e do povo, demonstrando que o caminho para a derrota das forças da reação e do imperialismo passa pela organização, mobilização e unificação da classe trabalhadora e dos setores populares.

Mas é no século XIX, na Alemanha, com Bismark, que expressões da seguridade tornam-se leis instituindo-se seguros sociais destinados aos trabalhadores (seguro-doença, seguro de acidente de trabalho, seguro de invalidez e velhice). Tais leis atendiam às demandas dos trabalhadores e buscavam reduzir tensões presentes nas relações patrão-empregado. Não por acaso, foram precursoras para a criação da previdência social no mundo.

No século XX, novos avanços são identificados na área de proteção social. Fora do eixo europeu, o México inclui a previdência social em sua constituição (1917), nos Estados Unidos, Franklin Roosevelt instituiu o *New Deal*, através da doutrina do Estado do bem-estar social (*WelfareState*)⁹.

Na Inglaterra é criado o Plano Beveridge (1941) como objetivo de constituir um sistema de seguro social que garantisse ao indivíduo proteção diante de certas contingências sociais.

Pós Segunda Guerra Mundial, em 1948, um marco em defesa dos Direitos foi proclamado: a Declaração Universal dos Direitos do Homem que prescrevia a proteção previdenciária, entre outros direitos fundamentais da pessoa humana.

É possível perceber um processo evolutivo na direção de se reconhecer direitos, tanto da classe trabalhadora, como, também, dos que não conseguiam se manter e se encontravam fora do mundo do trabalho, de ampliar a reponsabilidade do Estado e dos empregadores na garantia de proteção, criando mecanismos importantes como a Organização Internacional do Trabalho -OIT(1919)¹⁰.

O que se pretende enfatizar, então, é a busca por um padrão civilizatório de sociedade que envolveu atores diversos como a Igreja, governantes, empregadores e trabalhadores, muita das vezes como resultado de tensões. Pode-se afirmar que a seguridade social tem origem nas transformações ocorridas no mundo, destacadamente a partir da Revolução Industrial. Assim, um conjunto de leis e pactos veio dando contorno a institucionalidade da proteção social no mundo, e também no Brasil.

O Brasil no mundo da proteção social

No século XVI, já se identificam iniciativas de proteção, mas estas estavam nas mãos de religiosos e de “pessoas de bem”, sendo clássica a presença das Santas Casas e das sociedades Benéficas. Ainda que a Constituição de 1824, primeira do Brasil, abordasse aspectos da seguridade ao reconhecer a importância da constituição dos socorros públicos, nada mais significativo se registra até que onze anos depois, (1835), fosse criada o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Montgeral). A Constituição de 1891 foi a primeira

⁹Visava resolver questões provenientes da crise econômica do país (crise de1929) Em 1935, o *Social Security Act* foi instituído, destinado a ajudar os idosos e a estimular o consumo, bem como o auxílio-desemprego aos trabalhadores desempregados

¹⁰ Outros pactos foram realizados entre os países na defesa da seguridade social. Dentre eles, destacam-se: Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica – 1969); Protocolo de São Salvador (1988).

a conter a expressão "aposentadoria" reconhecendo-a para os funcionários públicos, no caso de invalidez, independentemente de contribuição.

O marco da previdência social no país foi a Lei Eloy Chaves (1923) com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP) para os ferroviários. Na década de 1920 as caixas criadas asseguravam os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e assistência médica e eram vinculadas às empresas de natureza privada, e o custeio era partilhado entre as empresas e os trabalhadores.

Em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, este passou a administrar a previdência social e o sistema previdenciário antes estruturado por empresa, passando a ser por categorias profissionais de âmbito nacional.

As Constituições de 1934, de 1937 e de 1946 tratam do tema da proteção social ora denominando-a como seguro social, ora como previdência social. Sendo que nessa última são explicitados o público a ter os direitos garantidos: velhice, doença e morte.

Em 1960, foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social e também foi editada a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS (Lei nº 3.807/1960), caracterizada pela fase da uniformização da previdência social, pela unificação de critérios de concessão dos benefícios dos diversos institutos existentes na época, e ampliação de benefícios como: auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e assistência social. Em 1963, o estatuto do trabalhador rural, Lei nº 4.214 criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e, em 1977, a Lei nº 6.439, criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) para integrar as atividades de previdência social, da assistência social, da assistência médica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial das entidades vinculadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), papel que exerceu até a Constituição de 1988, quando foi extinto tendo por base os artigos 194 a 204¹¹ que constituem o capítulo da Seguridade Social. A Lei 8.029, de 12/04/1990, criou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (fusão do INPS e IAPAS), vinculado ao então MPAS.

Um conjunto de Emendas Constitucionais tem redesenhado a seguridade social, principalmente a previdência e a saúde¹² com debates em sua maioria tensos por ameaças e retrocessos em relação a direitos conquistados, como critério de aposentadoria que hoje, em 2019, volta a viver um clima de discórdia, ameaçando a população com perdas graves em nome de um redimensionamento na economia brasileira. Redimensionamento que cabe perguntar: quem sai ganhando com o mesmo? Certamente não é a classe trabalhadora,

¹¹A seguridade social foi organizada, na Lei nº 8.080, de 19/09/1990, que cuidou da Saúde. Depois, pelas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/1991, que criaram, respectivamente, o Plano de Organização e Custeio da Seguridade Social e o Plano de Benefícios da Previdência Social.

¹²Cabe destacar: Emenda Constitucional n. 20/1998, 29/2000, 41/2003, 42/2003, 47/2005, 51/2006, 63/2010, 85/2015, 86/2015.

nem os que querem ingressar no mundo do trabalho e estão aguardando uma justa oportunidade.

Na perspectiva da Seguridade Social destaca-se, ainda, a grande conquista constitucional que representa a assistência social ser incluída na condição de política pública, revelando o esforço coletivo de um conjunto de profissionais, entre os quais o assistente social encontra-se incluído, para garantir o reconhecimento do direito ao acesso a todos que vivam uma situação de desproteção que as coloque em risco.

Sposati (2018), ao analisar os “Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil”, destaca o fato de a proteção social brasileira nesses 30 anos ter sofrido deformidades em sua perspectiva civilizatória, pois vem atuando como mecanismo que acentua a desigualdade nas extremidades do ciclo de vida. Nesse sentido, afirma que a Seguridade Social é “afastada para o campo privado filantrópico, afogando nesse líquido seu componente democrático e republicano” e levanta três hipóteses analíticas:

A primeira delas é que a Seguridade Social, no Brasil, não emergiu de uma demanda da sociedade, o que a tornou socialmente desprovida de seu valor de direito humano civilizatório e transformada, por forças conservadoras, em bem de consumo individual, marcado pela reprodução de desigualdades socioeconômicas. Como bem de consumo, é uma mercadoria negociável e não um direito. A segunda refere-se aos interesses do capital financeiro, o qual passou a utilizar a proteção social como forma indireta de financiamento privado. Os fundos da Seguridade Social apresentam-se e movimentam, como capital de aplicação, interesses econômicos privados (exemplo é a aplicação dos fundos de pensão em privatizações). A prática da isenção fiscal da cota patronal; os dispositivos de renúncia e isenção fiscal; a reiterada prática do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) são estratégias de favorecimento do capital privado e geração de déficits no orçamento da Seguridade Social. Mecanismos de acesso a essas vantagens são mercadorias comerciáveis, não raro, por meio de trocas e favores políticos. E, finalmente, a terceira, sugere que a intensidade de forças conservadoras pautadas no individualismo, no Estado mínimo, tem descaracterizado a proteção social como direito universalista. Ocorre profunda distância entre os padrões de cobertura a desproteções praticados entre os que ganham menos, submetidos à seleção de meios e reduzidas suas atenções a padrões emergenciais, e aqueles que ocupam funções públicas de destaque no legislativo, judiciário e forças militares. (SPOSATI, 2018 p. 2.317)

Fala, então, a autora de uma seguridade social esgarçada e faz uma primorosa análise de suas hipóteses, o que não será possível aprofundar no momento. O que nesse momento resgatamos é a relação desse processo de luta por direitos reafirmando o papel da classe trabalhadora nas conquistas materializadas e nas não materializadas mas legalmente reconhecidas. Nesse sentido, a pergunta que fica é: onde o Serviço Social se encontra?

Para não fugirmos da conformação histórica presente neste texto, escolhida por acreditarmos que a forma de avançar passa por reconhecer o processo com seus acertos e não acertos, ou seja, a história não deve ser esquecida, o resgate da origem e processos vividos na profissão devem ser lembrados.

O Serviço Social parceiro na resistência?

Silva et alii (2016), no texto O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “FIM” do “INÍCIO”, resgatam de inspirações clássicas como Yamamoto (2011), Netto (2009), entre

outros, elementos importantes de nossa história profissional. Assim, reafirmam a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho na sua relação com o contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX. Como destacado no presente texto, o processo de industrialização no Brasil e no mundo trouxe ao debate a luta por direitos, diante das expressões da questão social, tendo presente tensões que exigiram o posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja Católica. Esta buscava recuperação da hegemonia ideológica¹³, para o que contou com a burguesia católica e, dentro da mesma, com jovens religiosas preocupadas com a “questão social” e em contribuir para dar respostas ao movimento operário e popular na perspectiva do controle, com caráter mais doutrinário do que científico¹⁴, mais moralizador, disciplinador e controlador da força de trabalho, culpabilizador dos sujeitos diante das condições em que se encontravam, entre outras características que configuraram o Serviço Social Tradicional, predominante os anos de 1940 até meados da década 1960, orientado por formação oriunda do Centro de Estudos de Ação Social- CEAS, considerado a base da formação em Serviço Social. A forma pela qual o Serviço Social ia se configurando, atendia perfeitamente aos interesses do capital.

Nos anos 60, do século XX, tem início um longo processo de reformulação profissional que visou um redimensionamento e um amadurecimento profissional que culminou no conhecido Movimento de Reconceituação¹⁵. Este refletia sobre as condições de subdesenvolvimento latino-americana, sobre a dominação burguesa e o monopólio internacional. Como destaca Silva (2016)

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano se vê diante de ditaduras burguesas no continente, que visavam uma modernização conservadora das economias locais, ou seja, objetivavam a manutenção da ordem imperialista do capital. No Brasil, no ano de 1964, ocorre uma ditadura militar. Esse fato, segundo Cardoso (2013, p. 129-130), “fez com que a influência da Reconceituação no Brasil tivesse características distintas do restante da América Latina”, pois as possibilidades concretas de participação ativa dos brasileiros nesse processo foram minadas. (SILVA et alii, 2016, p. 8)

¹³ A busca pela recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica teve por estratégia o fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB). As atividades da caridade tradicional ganham caráter organizativo, contando com famílias da burguesia paulista e carioca, e aporte do Estado, o que possibilita realizar obras sociais mais abrangentes. O reordenamento possibilitou o surgimento de duas instituições assistenciais: em 1920, no Rio de Janeiro, a Associação das Senhoras Brasileiras e, no ano de 1923, a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo que surgem dentro do movimento de reação católica e visam atender algumas demandas oriundas do processo de desenvolvimento capitalista, sendo consideradas o embrião do Serviço Social brasileiro.

¹⁴ Doutrinário sim, pois em relação à “questão social”, a Igreja Católica se contrapõe aos princípios tanto do liberalismo quanto do comunismo, tendo em vista que ambos se apresentam enquanto ameaças para sua posição na sociedade.

¹⁵ O Movimento de Reconceituação, que pode ser considerado como “um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente” e que explicita uma preocupação dos profissionais em repensar a estrutura excludente do capitalismo e contribui efetivamente para o processo de erosão do Serviço Social e o seu fazer tradicional.

Já mencionado anteriormente, o período do golpe militar pode ter adiado alguns sonhos, mas não os dizimou. Assumpção e Carrapeiro (2014) contribuem com as reflexões para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão e destacam:

O período da ditadura militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro. Ao mesmo tempo em que a vertente profissional crítica, que emergiu entre os anos 1961 e 1964, foi sufocada pela repressão, a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social. Logo após o golpe de 1º de abril de 1964, muitos assistentes sociais foram vítimas de perseguição política, e também as agências de formação sofreram coação. Dezenas de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, no auge da ditadura, muitos foram alvos da repressão. (ASSUMPÇÃO e CARRAPEIRO, 2014p.107)¹⁶

A posição dos profissionais refletiam o posicionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS), criados em 1962¹⁷, que incorporando a ideologia burguesa, sob hegemonia do projeto modernizador, cumprindo o papel atribuído pelo Estado, atuaram de forma controladora e burocrática (Cardoso, 2013: 141), refletindo num fazer profissional desenvolvimentista, que buscava a harmonia social, comprometido com ações pontuais e individualizantes, buscando o enquadramento e ajustamento dos sujeitos, com ações corretivas e preventivas.

Essa posição conformista sofre algumas provocações. Cabe destaque para iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) que, na busca de sistematizar as ações profissionais e elevar a profissão a um status técnico e científico, deu início a seminários de teorização envolvendo um grande número de profissionais, tendo por resultado a produção de documentos significativos para a modernização do projeto profissional¹⁸. Assim, o Serviço Social brasileiro buscou o avanço técnico e a modernização da profissão, conforme conjuntura da sociedade brasileira no período.

¹⁶ A atuação profissional neste período se deu em três frentes: 1) no Estado, que respondia à questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e conforme demanda econômica do capital; 2) nas multinacionais, que precisavam de profissionais apropriados do aparato burocrático e que pudessem intervir diretamente na relação capital/trabalho, em meio às manifestações dos trabalhadores; e 3) na filantropia privada, que se expandiu diante do aprofundamento da questão social, decorrente do processo de crescimento da população urbana (Cardoso, 2013: 133).

¹⁷ Em 1993 passam a ser denominados Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), devido a aprovação da lei 8662/93, que revogou a 3252/57.

¹⁸ Cardoso (2013) destaca que: Os encontros (Araxá- -MG (1967) e Teresópolis-RJ (1970), produziram documentos que expressam a modernização do projeto tradicional da profissão, apontando os valores que justificavam a ação profissional, um método de intervenção e uma direção ideológica e política, de acordo com a ética tradicional, o positivismo e o pensamento conservador, na direção da manutenção da sociedade capitalista. Entre os anos 1975 e 1979, torna-se hegemônico o projeto de reatualização do conservadorismo. Suas ações visavam “a ajuda psicossocial no cuidado e na compreensão da pessoa, sem questionamentos da ordem social” A metodologia deste projeto estava baseada no tripé “pessoa-diálogo-transformação social”, entendido como um processo de conscientização. Em 1978, no encontro promovido pelo CBCISS em Sumaré-RJ, tal projeto teve destaque em meio aos debates, dos quais se elaborou um documento que sistematiza o papel do Serviço Social na sociedade. Ainda que tenham sido escritos no contexto da ditadura militar, os documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré não fazem qualquer referência à conjuntura política, econômica e social do país, reforçando o compromisso da profissão em contribuir com o desenvolvimento do país através de sua competência técnico- -burocrática. Assim, o Serviço Social brasileiro buscou o avanço técnico e a modernização da profissão, conforme conjuntura da sociedade brasileira no período.

Essa modernização acarretou profundas mudanças na formação profissional: a) rompimento com o confessionalismo e o paroquialismo, que historicamente marcaram o surgimento e o ensino do Serviço Social no Brasil; b) expansão em número e pelo território nacional das instituições de formação; c) inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário. Neste processo, o Serviço Social abriu espaço para a interlocução com as Ciências Sociais. Ao inserir-se nas discussões não apenas como “consumidores” de sua produção, mas incorporando tais insumos teóricos no debate profissional, a profissão adquiriu a validação teórica. Entretanto, o silêncio e a omissão imperaram até o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido somente em 1979. O encontro, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, revelou certa simetria da categoria profissional com o momento político do país: enquanto o protagonismo operário impedia a consecução do projeto de auto reforma do regime militar, o III CBAS rompeu o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional. Esse rompimento foi planejado pelo projeto de intenção de ruptura. (ASSUMPÇÃO e CARRAPEIRO, 2014)

Importante resgatar a ligação desse rompimento com o projeto de intenção de ruptura, surgido entre os anos 1972 e 1975, retomando o propósito do Movimento de Reconceituação da América Latina. A ele se soma a proposta metodológica do Método B.H., desenvolvida na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais por um grupo oriundo da esquerda católica. Academicamente reforça o tripé ensino, pesquisa e extensão sustentado por uma metodologia de intervenção profissional crítica. Naquele momento, o Serviço Social brasileiro se defronta com a noção de historicidade, classes sociais e transformação da realidade, avançando na busca da ruptura com o conservadorismo na profissão.

O país ainda vivia a ditadura militar que estava sendo confrontada por crescentes insatisfações e rearticulações da sociedade civil, através de um amplo movimento popular, que contava com: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica, influenciadas pela Teologia da Libertação; com o movimento sindical emergente, partidos políticos, entidades democráticas, enfim, um conjunto de atores unidos na resistência. O Movimento contra a Carestia e as greves operárias, ocorridas nos grandes centros urbanos entre os anos 1978 e 1982, culminou na grande movimentação pelas diretas-já. O cenário de insatisfações estava efervescente e levou o Estado a buscar saídas e o Serviço Social sofreu pressões para ser mediador entre a assistência e seus beneficiários, para buscar apoio popular aos programas governamentais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os profissionais eram demandados pelos movimentos sociais populares em seu processo de organização. Assim, o projeto profissional de ruptura foi marcado tanto pela supervalorização da dimensão teórico-metodológica, como da dimensão política. A fronteira entre a prática profissional e a militância político-partidária, por vezes, foi permeada por equívocos no trabalho político profissional, ao mesmo tempo em que propiciou o desvelamento da dimensão política inerente ao trabalho profissional (Cardoso, 2013: 188).

Algumas Considerações

A escolha do tema está precipuamente calcada na crença da importância da memória para se obter avanços. Nesse sentido, honrar os que nos antecederam com seus acertos e seus equívocos, amparados na tentativa de ampliar direitos tendo por norte a força do coletivo é necessário e, provavelmente, é a forma mais lógica de se avançar. Honrar implica respeitar, honrar e respeitar envolve conhecer.

No momento em que mais uma vez, direitos conquistados são postos em ameaçadora discussão, apontando para perdas, resistir é preciso e exige apropriação, compromisso e respeito. Se identificamos nas batalhas aqui relatadas índios, negros, cafusos, homens mulheres, pessoas inválidas, idosas, camponeses, trabalhadores e os à margem do mercado formal entre outros, em diferentes momentos da história do país, sonhando com liberdade e dignidade, sabemos que esses mesmos segmentos estão hoje representados por novos atores e suas pautas de luta que expressam a questão social dos novos tempos. Tempos que são novos por um aspecto, mas velhos no viciado modelo que tudo faz para concentrar poder, dinheiro, prestígio.

O Serviço Social por toda sua história de avanços, no campo teórico, metodológico, na forma como atua orientada por seu projeto ético político é uma categoria estratégica no processo de resistência e, nesse sentido não pode cair na cilada de um olhar restrito para a categoria e suas condições de trabalho, mas deve entender que todos os mecanismos possíveis são criados para tirar o foco da questão central que passa pelo enfrentamento das desigualdades, injustiças e marginalidade. Virar esse jogo tem entre suas estratégias: “dar o nosso melhor” (a melhor leitura crítica, a melhor mediação, a melhor fundamentação nos debates e produções); a construção coletiva e plural; ter leituras da totalidade, pois, como coloca Sposati (2018) “leituras segmentadas e parciais de manifestações de desproteção são deslocadas das desigualdades social e econômica resultantes do confronto entre classes sociais, entre o campo e a cidade, entre etnias e gêneros”.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Raiane Patricia Severino. CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/25695/18329>

BATISTA, Pedro Cesar. *A história do povo brasileiro, um povo combativo*, 2017. Disponível em: <https://www.xapuri.info/historia-social/historia-povo-brasileiro-povo-combativo/>

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas: Papel Social.2013

GOHN , Maria da Glória . Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013. Disponível: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/88583/1/2-s2.0-84888118760.pdf>

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>

SILVA, Anália Barbosa. SILVA, Diego Tabosa da. SOUZA JÚNIOR, Luiz Carlos de. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DAS ORIGENS À RENOVAÇÃO OU O “FIM” DO “INÍCIO”. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2016. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/e5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>

SILVA, Maria Ozanira Silva e. (2011). (org.) O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7a. ed. São Paulo: Cortez.

SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da Seguridade social e Desproteção Social no Brasil. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2018. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2315.pdf